



Percorso histórico e epistemológico da Ecologia Humana: entre o legado conceitual feminino à sua consolidação no Brasil

Alisson José Oliveira Duarte¹

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo rever o percurso histórico e epistemológico da Ecologia Humana, iniciando por sua formulação conceitual como legado feminino, perpassando por sua amplificação na Escola de Chicago, até a sua consolidação acadêmica no Brasil. Para tanto, utilizou-se o método de revisão bibliográfica de obras históricas e contemporâneas desse campo de estudo para fundamentar as discussões. Os resultados sugerem que a referida ciência/paradigma vem constituindo, no Brasil, uma identidade própria que transcende a perspectiva clássica, ao integrar dimensões pessoais, sociais, ambientais e ecoespirituais.

Palavras-chave: Ecologia Humana; Escola de Chicago; desenvolvimento epistemológico.

Historical and epistemological journey of Human Ecology: from its conceptual feminine legacy to its consolidation in Brazil

Abstract: *This research aims to review the historical and epistemological trajectory of Human Ecology, beginning with its conceptual formulation as a feminine*

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – Uberaba – MG – Brasil – e-mail: alissonduarte@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1390-4979> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6607990023438197>.

legacy, moving through its expansion within the Chicago School, and culminating in its academic consolidation in Brazil. To this end, a bibliographic review of historical and contemporary works in this field of study was conducted to support the discussions. The results suggest that this science/paradigm has been developing its own identity in Brazil, one that transcends the classical perspective by integrating personal, social, environmental, and eco-spiritual dimensions.

Keywords: *Human Ecology; Chicago School; epistemological development.*

Camino Histórico y Epistemológico de la Ecología Humana: entre el legado conceptual femenino y su consolidación en Brasil

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo revisar el recorrido histórico y epistemológico de la Ecología Humana, comenzando por su formulación conceptual como un legado femenino, pasando por su ampliación en la Escuela de Chicago hasta su consolidación académica en Brasil. Para ello, se utilizó el método de revisión bibliográfica de obras históricas y contemporáneas de este campo de estudio para fundamentar las discusiones. Los resultados sugieren que dicha ciencia/paradigma ha venido constituyendo en Brasil una identidad propia que trasciende la perspectiva clásica, al integrar dimensiones personales, sociales, ambientales y ecoespirituales.

Palabras clave: Ecología Humana; Escuela de Chicago; desarrollo epistemológico.

Introdução

A perspectiva teórica e científica denominada “Ecologia Humana”, embora conte com mais de 130 anos desde a sua formulação conceitual, ainda permanece pouco difundida nos espaços acadêmicos. Apesar de sua limitada difusão, para muitos estudiosos, como Boff (2009), Morin (2015) e Capra (1996), o conceito traz, em sua linha de frente, o paradigma de maior força e influência do atual milênio, isto é, o discurso ecológico.

Consequentemente, reina o desconhecimento de que essa ciência e/ou paradigma é marcada, em suas origens, pela representatividade feminina e, por mais que tenha sido criada em solo norte-americano, desenvolveu-se, em grande medida, no território brasileiro. Cabe acrescentar que, ao contrário do que o senso comum tende a supor, essa vertente de estudo não se restringe ao campo da biologia, e tampouco se refere a uma ramificação da ecologia clássica.

Entretanto, antes de iniciar as discussões em torno dos aspectos históricos e epistemológicos da Ecologia Humana e sua íntima ligação com o Brasil, considera-se fundamental retomar o conceito de ecologia sob o ponto de vista biológico, para que se possa construir pontos de diferenciação e convergência entre as duas perspectivas.

O termo *ecologia* — *oekologie* — foi cunhado em 1869 pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel e vem da junção de dois termos gregos: *oikos*, que significa “casa”, e *logos*, que significa “estudo”. Assim, ecologia pode ser literalmente definida como a ciência que “estuda a casa” ou, então, o estudo das interações e interdependências entre os seres e destes com o meio ambiente (Ricklefs, 2013).

Para Ribeiro (2012: 47), a ecologia clássica fundamenta-se na relação mantida entre os seres vivos, comprehende o meio ambiente e o “representa freqüentemente como aquelas condições bióticas e abióticas nas quais vive um organismo, população ou comunidade, ou seja, com o conjunto de influências do exterior sobre os seres vivos”.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a ecologia é uma ciência das relações — mas não de interações quaisquer, e sim daquelas fundamentais para a manutenção e perpetuação de sistemas complexos, dos quais a existência dos diferentes seres é dependente.

Por conseguinte, quando se importa o termo “ecologia” para as dimensões antropossociais, o significado etiológico do conceito de Ecologia Humana se expande, ultrapassando o sentido convencional e unilateral atribuído pelo viés biológico, considerando também aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, subjetivos e até espirituais. Aos dizeres de Begossi (1993: 122), a “Ecologia Humana transcende a ecologia”.

Mediante o exposto, este artigo tem por objetivo rever o percurso histórico e epistemológico da Ecologia Humana, explorando sua formulação anterior e posterior à Escola de Chicago, bem como sua inserção no cenário acadêmico brasileiro. O estudo justifica-se pela necessidade de resgatar a história dessa abordagem interdisciplinar, com especial enfoque ao contexto temporal que a interliga, desde os seus primórdios, à realidade brasileira. Para tanto, esta pesquisa foi realizada a partir do método de revisão bibliográfica de obras históricas e contemporâneas relacionadas ao tema.

Os resultados deste estudo apontam que a referida perspectiva vem se consolidando como um movimento intelectual e acadêmico no Brasil, especialmente a partir da criação, em 2010, de seu primeiro Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana (PPGEcoH), na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Com isso, defende-se que, no contexto brasileiro, essa matriz conceitual tem construído uma identidade acadêmica singular, que ultrapassa os limites da abordagem clássica, ao integrar, de maneira articulada, dimensões pessoais, sociais, ambientais e ecoespirituais.

Ecologia Humana: um legado feminino invisibilizado pelo “Efeito Matilda”

O termo Ecologia Humana foi cunhado, em 1892, pela professora e pesquisadora Ellen Swallow Richards (1842-1911), química industrial e ambiental estadunidense, pioneira da área da engenharia sanitária e pesquisa experimental em ciências domésticas. Nasceu em 1842, em uma pequena comunidade rural de Dunstable, Massachusetts. Introduziu a palavra “ecologia”, cunhada por Ernst Haeckel, biólogo alemão, ao idioma inglês. No entanto, em seu pioneirismo, utilizou o termo em um sentido mais amplo, transcendendo sua conceituação original (Medeiros, 2021).

Em sua trajetória acadêmica e profissional, interessou-se profundamente pelas questões humanas-ambientais. Era de seu especial interesse aplicar conhecimentos científicos ao cotidiano. Com isso, desenvolveu o conceito de “Economia Doméstica”, uma disciplina que empregava princípios técnicos à gestão do lar, abordando aspectos como nutrição, higiene, saneamento e administração dos recursos materiais. Essa perspectiva visava empoderar as mulheres, principais responsáveis pelo ambiente caseiro à época, oferecendo-lhes acesso ao conhecimento empírico e promovendo melhorias em suas condições de vida — sobretudo otimizando a execução de suas tarefas e elevando a saúde de seus lares.

A pesquisadora também fundou o *Women's Laboratory* (Laboratório Feminino) no *Massachusetts Institute of Technology* (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), oportunizando às estudantes os meios de se envolverem em estudos científicos e, posteriormente, no mercado de trabalho como educadoras ou cientistas. Seu empenho contribuiu para a inclusão de cursos de Economia Doméstica em escolas públicas de diversos estados americanos, alavancando o desenvolvimento social de muitas famílias (Medeiros e Freitas-Reis, 2023).

Nesse contexto, a formulação dos conceitos de “Ecologia Humana” e “Economia Doméstica” por Ellen Richards não ocorreu de maneira isolada, mas sim como parte de uma proposta educacional inovadora, que buscava integrar ciência e prática cotidiana, fomentando a qualidade de vida por meio da educação e da adoção de conhecimentos científicos no espaço caseiro.

Considerando sua trajetória intelectual, a autora tinha por objeto de investigação a inter-relação entre humanos e o meio ambiente; considerava impossível

isolar o meio ambiente físico do meio ambiente social; questionou o paradigma de ciência de sua época; e teceu críticas sociológicas e políticas sobre o capitalismo. Por essas e outras razões, defende-se, neste estudo, que Ellen Swallow Richards ocupa o papel de mãe legítima da Ecologia Humana (Dyball e Carlson, 2017).

Todavia, devido à hegemonia masculina de sua época, o referido conceito não encontrou repercussões no meio acadêmico em sua forma original e somente ressurgiu na sociedade estadunidense no início do século XX, em um contexto de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago.

Nesse período, a comunidade norte-americana vivenciava um grande crescimento econômico, impulsionado pelo acelerado desenvolvimento industrial. Em consequência desse processo e da formação de metrópoles, surgiram diversos fenômenos urbanos que foram considerados problemas ou “patologias sociais”, tais como: ausência de infraestrutura e saneamento básico, falta de transporte público, desemprego, baixos salários, aumento da criminalidade, delinquência juvenil, prostituição, mortalidade infantil, excesso de imigrantes, formação de comunidades segregadas (guetos), entre outros enfrentamentos que refletiam a incapacidade das estruturas políticas e sociais de responder de forma adequada às transformações provocadas pelo acelerado crescimento social (Eufrásio, 1995; Becker, 1996).

Todos esses fenômenos urbanos se tornaram objetos de investigação de pesquisadores vinculados à Escola de Chicago, os quais trouxeram uma série de contribuições à sociologia, à psicologia social, às ciências da comunicação, além de novas teorias e procedimentos metodológicos para as ciências sociais.

É nesse cenário que se iniciam os primeiros estudos de sociologia urbana de Robert Ezra Park (1864-1944), Watson Burgess (1886-1966) e Roderick Duncan McKenzie (1885-1940), que, significativamente influenciados pela sociologia durkheimiana e pelo pragmatismo norte-americano², amplificaram o conceito de Ecologia Humana para compreender e enfrentar a crise social daquela época.

No entanto, é importante ressaltar que nenhum dos referidos autores da Escola de Chicago mencionou Ellen Richards (1907) em seus escritos, tampouco debateram suas ideias ou reconheceram sua contribuição pioneira à Ecologia Humana, ofuscando, durante décadas, o seu ineditismo. A ausência de referências à autora, mesmo sendo a primeira a utilizar o termo “Ecologia

² O pragmatismo norte-americano é uma corrente filosófica que surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX; em essência, defende que o valor das ideias está na sua utilidade prática e nas consequências reais que produzem. Ou seja, o conhecimento só faz sentido se puder ser aplicado na prática e produzir resultados concretos.

Humana”, denuncia a marginalização histórica das mulheres na construção do saber científico.

Essa nítida omissão exemplifica o que é conhecido como “Efeito Matilda”, um fenômeno social em que as realizações de mulheres cientistas são frequentemente atribuídas a colegas homens ou simplesmente ignoradas, perpetuando a invisibilização feminina na produção do conhecimento. O termo “Efeito Matilda” foi cunhado pela historiadora Margaret Walton Rossiter (1993) e faz referência a Matilda Joslyn Gage, sufragista e ativista norte-americana que denunciou esse padrão de invisibilização feminina ainda no século XIX.

Contribuições de Robert Park à história da Ecologia Humana

Robert Ezra Park foi um jornalista e sociólogo norte-americano, e um dos mais renomados pensadores da Escola de Chicago. Seus estudos buscaram, sobretudo, compreender os processos de interação entre indivíduos, comunidades e o ambiente urbano, com especial ênfase sobre o racismo, as populações de emigrantes e a desorganização social nos espaços metropolitanos. Embora não seja o pesquisador que cunhou o conceito de Ecologia Humana, é apontado como o principal responsável por sua disseminação acadêmica (Silva, 2011; Brancaleone, 2020).

Park nasceu em 14 de fevereiro de 1864 e provinha de uma família branca de classe média. Seu pai era um comerciante bem-sucedido, fato que garantia ao contexto familiar adequadas condições materiais. Sua mãe era professora, com formação em Letras, e, desta, ele recebia todo o incentivo para a sua formação intelectual (Bomfim, 2021).

Iniciou sua formação acadêmica, primeiramente, em Engenharia, na Universidade de Minnesota; no entanto, no decurso de sua graduação, transferiu-se para a Universidade de Michigan (1883-1887), onde se identificou profundamente com o jornalismo e onde desempenhou funções trabalhistas em dois dos jornais da universidade, inclusive como editor associado e editor-chefe. Nessa universidade, teve contato com a filosofia deweyana, tendo cursado diversas disciplinas com o próprio John Dewey, expoente da filosofia pragmática norte-americana. O pensamento desse autor inspirou significativamente suas concepções sociológicas (Silva, 2011; Simões, 2015).

Ao fim da graduação em Michigan, Park dedicou-se profissionalmente ao jornalismo. Devido à sua experiência nessa área, foi convidado para atuar, entre os anos de 1906 e 1912, como secretário da *American Congo Relief Association* (ACRA), associação que lutava pela democracia no Congo. Tal trabalho lhe

oportunizou conhecer Booker Taliaferro Washington, um dos principais líderes negros dos EUA da época. Nessa associação, trabalhou como diretor de publicidade e secretário, além de ter atuado como parceiro intelectual de Washington, com quem realizou diversas pesquisas nos Estados Unidos, bem como em outros países, sobre as condições sociais das populações negras e demais minorias (Valladares, 2010; Simões, 2015).

Ainda na graduação, casou-se com Clara Cahill, atriz, filha de um juiz da Suprema Corte estadunidense, com quem constituiu família. Há registros de que ele não teria concluído o seu mestrado em Harvard, onde também trabalhou como professor assistente no Departamento de Filosofia. Já com filhos, iniciou o seu doutorado na Alemanha, em Berlim, que, na época, era considerado o maior centro filosófico do mundo. Mais tarde, estudou em Strasbourg e, finalmente, concluiu sua tese em 1903, intitulada *Massa e Público: Uma Investigação Metodológica e Sociológica*³, em Heidelberg, sob a orientação de Wilhelm Windelband (Silva, 2011; Athens, 2016).

De volta aos Estados Unidos, aos 59 anos, Park foi nomeado em 1922 como professor titular da Escola de Chicago. Depois de se aposentar, ainda permaneceu atuante durante dois anos nessa instituição de ensino superior. Nesse tempo, ele já era reconhecido como um dos grandes expoentes da sociologia norte-americana (Simões, 2015). A convite de seu ex-orientando, Charles Johnson — o então diretor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Fisk —, mudou-se para Nashville, Tennessee, no ano de 1936, para atuar como professor visitante na referida universidade. Pode-se afirmar que dois interesses gerais ligavam Park, com mais de 60 anos, a essa universidade: a sua “relação afetiva com o Sul — diga-se, com as lutas da minoria negra — e [...] o estudo sistemático dos problemas sociais que tanto ocuparam sua vida ao lado de renomados pesquisadores” (Bomfim, 2021: 48-49).

Nota-se que Park sempre esteve ligado direta ou indiretamente às lutas de classes, dos negros e de outras minorias; seus estudos demonstram nítidos esforços no sentido de compreender o comportamento humano e as relações entre indivíduos no contexto urbano. Sua metodologia era marcada pela pesquisa de campo e pelo contato direto com as comunidades marginalizadas, além de ter realizado diversas viagens antropológicas no contexto social e cultural de diferentes etnias.

Ao longo de sua trajetória, há registros de que Park teria visitado o Brasil duas vezes: a primeira vez entre os anos de 1931 e 1934 (data imprecisa) e, pela

3 Título original: *Massen und Publikum: Eine Methodologische und Soziologische Untersuchung*.

segunda vez, em 1937. Em sua primeira passagem ao Brasil, esteve em contato com grandes nomes da política e da Academia Brasileira, como Arthur Ramos (médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo, antropólogo e folclorista). Embora sua segunda visita tenha sido motivada por razões profissionais, é importante ressaltar que ele sempre teve interesse pelas relações étnicas no território brasileiro (Valladares, 2010).

Logo após a sua primeira vinda, já conhecedor da realidade social brasileira, Park enviou seu díleto orientando Donald Pierson (1900-1995) com a missão de investigar sua tese de que “não havia conflito racial no Brasil, mas sim uma miscigenação racial harmônica”⁴, comparada à realidade norte-americana (Bomfim, 2021: 52).

Desde o início dessa relação mestre-aprendiz, selaram grande parceria e sintonia no trabalho de pesquisa. Park potencializou em Pierson suas melhores qualidades: a disciplina, o rigor metodológico e o interesse pela Ecologia Humana — ciência que de suas mãos emergia.

O papel de Donald Pierson na consolidação da Ecologia Humana

Donald Pierson nasceu em Indianápolis, estado de Indiana, no dia 8 de setembro de 1900, e encerrou sua vida em Leesburg, Flórida, no dia 13 de outubro de 1995. Advindo de uma família de condições financeiras limitadas, marcada pela religiosidade protestante e contexto ambiental predominantemente rural. Durante a adolescência, teve que interromper seus estudos para trabalhar e colaborar com a renda familiar, e, devido a essa necessidade, completou seus estudos tardivamente. Somente no ano de 1922, aos 22 anos, Pierson mudou-se do campo para a zona urbana de Emporia, no Kansas, para cursar o ensino médio. Aos 24 anos, ingressou na universidade graças a uma bolsa de estudos, com a qual se matriculou nos cursos de sociologia e antropologia do *College of Emporia*. Aos 27 anos de idade, por meio de outra bolsa de estudos, iniciou sua formação em mestrado na Universidade de Chicago, concluindo-a aos 29 anos (Silva, 2012).

Iniciou sua formação em doutorado em 1934, no mesmo ano em que seu orientador Robert Park se aposentou de suas funções na Escola de Chicago. Tal como já foi mencionado, Park, nessa época, havia se transferido para a

⁴ Essa tese foi mais tarde amplamente criticada e questionada por não considerar a profundidade dos conflitos étnicos no país. Autores críticos, sobretudo da sociologia brasileira, mostraram que, apesar da miscigenação, persistia um racismo estrutural que se manifestava de forma sutil, mas efetiva, e deixava profundas marcas sociais, econômicas e políticas.

Universidade de Fisk, situada no estado de Tennessee, cidade de Nashville, onde Pierson trabalhou como seu assistente “em um processo de preparação para sua viagem ao Brasil” (Silva, 2012: 93).

De acordo com Bomfim (2021: 66), para garantir a estadia de seu orientando no Brasil: “Park lhe conseguiu uma bolsa de estudo como *research assistant* da Comissão de Pesquisa de Ciências Sociais da Universidade de Chicago para o período de 1935 a 1937, quando retornaria aos EUA para a conclusão e defesa de sua tese de doutorado”. Além da bolsa de estudos, Park orientou que Pierson desenvolvesse, tanto quanto possível, o domínio e fluência do idioma português, a fim de que tivesse totais condições de se manter, juntamente com sua esposa, em solo estrangeiro.

Depois de dois anos no território brasileiro, aprendendo a língua portuguesa e a cultura baiana, Pierson retornou para os Estados Unidos, munido de informações e dados coletados para escrever e defender sua tese de doutorado. Nesse período, voltou a trabalhar com seu orientador na Universidade de Fisk, inclusive habitando por mais de dois anos, juntamente com sua esposa, na residência de Park (Silva, 2012).

Em 1939, início da Segunda Guerra Mundial, Pierson foi convidado para atuar como professor na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Nesse período, o Brasil encontrava-se no contexto da pós-revolução de 1930, que marcou o fim da República Velha e o início da República Nova de 1934. As lideranças paulistas precisavam formar quadros especializados de colaboradores para atender à burocracia estatal, o meio acadêmico e a pesquisa no estado de São Paulo. Dessa forma, surgiu a iniciativa de contratar professores estadunidenses para compor o quadro intelectual da recém-criada instituição. Os dois primeiros foram Samuel Lowrie e Horace Davis; posteriormente, Samuel Lowrie, que tinha vínculo com a Universidade de Chicago, tomou a iniciativa de indicar Pierson. Ambos trocaram algumas correspondências até que Pierson, finalmente, tomou a decisão de voltar ao Brasil. Nesse sentido, é importante destacar que não foi Park que indicou Pierson à ELSP, mas sim seu já conhecido parceiro intelectual da Escola de Chicago (Guimarães, 2011; Silva, 2012).

Em síntese, pode-se resumir o currículo profissional de Pierson no Brasil, destacando sua atuação como professor de Sociologia e de Antropologia Social da ELSP (1939-1959); antropólogo e diretor do Programa no Brasil de Pesquisas e Preparo de Pesquisadores do Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution (1945-1950); organizador e primeiro decano da Divisão de Estudos de Pós-graduados da ELSP (1941-1957); diretor, juntamente com Oracy Nogueira, da Revista Sociologia (1950-1957); e diretor da Biblioteca de Ciências Sociais de São Paulo (1945-1955).

De acordo com Bomfim (2021: 76), “as ciências sociais brasileiras podem ser divididas em antes e depois de Pierson, pois ele foi responsável pela formação acadêmica” de um número significativo de expoentes das ciências sociais brasileiras, ainda reconhecidos na atualidade, tais como: Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virgínia Bicudo, Oliveira Vianna, entre outros.

Enquanto esteve no Brasil, dedicando-se por mais de 20 anos às ciências sociais, desenvolveu uma vasta produção acadêmica. Além de traduzir e organizar textos estrangeiros de outros autores para disponibilizar aos seus alunos, foi autor de dez livros, oito capítulos de livros (inseridos em obras diversas), publicou aproximadamente 80 artigos, sete deles em parceria com outros pesquisadores, 24 resenhas, além de introdução e prefácio de livros de diferentes autores. Um grande número dessas publicações relaciona-se a estudos étnicos, enquanto especificamente sobre a Ecologia Humana foram publicados apenas dois livros (Silva, 2012). No entanto, vale ressaltar o fato histórico de tais obras publicadas no Brasil figurarem entre as pioneiras no mundo que versam sobre essa temática.

Devido a condições de saúde não favoráveis, em 1952, retornou aos Estados Unidos da América. Nesse período, continuou desenvolvendo atividades acadêmicas em sua nação, assim como em outros países. Apesar de enfrentar limitações de saúde, sempre que possível, realizava pessoalmente coletas de dados e observações *in loco*. No entanto, em situações que exigiam acompanhamento prolongado ou quando suas condições de saúde não permitiam o deslocamento, contava com o apoio de parceiros acadêmicos. Foi nessas condições que retornou ao Brasil, em 1959, para finalizar e entregar o relatório de sua pesquisa *O homem no Vale do São Francisco* à Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE).

No entanto, com a partida definitiva de Pierson para os Estados Unidos da América, “a Ecologia Humana perdeu sua única voz no território acadêmico brasileiro” (Bomfim, 2021: 80). Isso porque, apesar de Pierson (1987: 59) ter ministrado na ELSP a disciplina “Introdução à Antropologia Social e Ecologia Humana”, nenhum de seus ex-alunos — que se tornaram estudiosos eminentes no Brasil — demonstrou interesse em dar continuidade à nova ciência/paradigma e, consequentemente, ao desenvolvimento de sua epistemologia.

A Ecologia Humana no Brasil

Após o regresso de Donald Pierson, em 1952, para o seu país de origem, a Ecologia Humana permaneceu por 31 anos invisibilizada dos debates e publicações acadêmicas no território brasileiro. Somente em 1983, Fernando Ávila

Pires publicou seu livro *Princípios da Ecologia Humana*, promovendo, no Brasil, a ressurgência dessa ciência/paradigma. No ano seguinte, em 1984, Maria José de Araújo Lima lançou a obra *Ecologia Humana: realidade e pesquisa*; e, no mesmo ano, Paulo de Almeida Machado publicou *Ecologia Humana: temas básicos*.

No contexto de 1993, Alpina Begossi (1958-2023), depois de retornar de seu doutorado na Universidade da Califórnia, publicou o artigo *Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente* e, no ano de 2007, promoveu e coordenou, na cidade do Rio de Janeiro, o encontro internacional da *Society for Human Ecology*.

Já em 2009, Juracy Marques retomou novas discussões, sendo um dos expoentes atuais responsáveis por tornar a Ecologia Humana efetivamente um movimento acadêmico de alcance nacional. Em conformidade com Bomfim (2021), nesse período, as iniciativas de Juracy Marques:

[...] deram-se no âmbito da pesquisa de problemas que demandavam um olhar interfacial da relação do ser humano com a natureza, assim como com a pós-graduação, criando a primeira especialização em Ecologia Humana do Brasil, a qual se tornou, em seguida, um Programa de Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental na Universidade do Estado da Bahia. Todo esse movimento também resultou na criação da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana e na identificação de pesquisadores brasileiros que se ocupavam com a Ecologia Humana, reunindo-os em eventos organizados por ele, Juracy Marques. Indubitavelmente, o trabalho desenvolvido por Juracy Marques demonstra a nossa tese de que os seus predecessores, no Brasil, não fizeram o que era necessário para que a Ecologia Humana saísse do anonimato e se tornasse uma abordagem científica (Bomfim, 2021: 434).

No ano de 2010, foi fundado o Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana (PPGEcoH) — o primeiro do Brasil — na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em nível de mestrado. A partir desse programa, o debate em torno dessa matriz epistemológica se expandiu para além dos limites da UNEB. Estiveram envolvidos, desde a fundação do programa, Fernando Ávila Pires, Juracy Marques dos Santos e Iva Miranda Pires, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana da Universidade Nova de Lisboa.

Em 20 de agosto de 2012, foi fundada a Sociedade Brasileira de Ecologia Humana. Nesse mesmo ano, foi lançado o livro organizado por Ronaldo Alvim *Ecologia Humana: da visão acadêmica aos dias atuais* e a obra *Ecologia da Alma*, de autoria de Juracy Marques, trabalho que se destaca por reivindicar um

caráter intrínseco, subjetivo e psicológico para o arcabouço conceitual desse campo do conhecimento.

Mais recentemente, em 2018, foi aprovado na Universidade do Estado da Bahia o primeiro doutorado em Ecologia Humana da América Latina. Sobre essa conquista, Bomfim (2021) destaca que:

Após a criação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, em 2010, na Universidade do Estado da Bahia, e a fundação da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana em 2012, a Ecologia Humana no Brasil deu um salto na produção científica e na realização de eventos, pois, antes dispersa em produções esparsas, agora reunidas em duas instâncias acadêmicas de âmbito nacional, começou, desde o ano de 2016, a ter produções científicas apresentadas nas conferências internacionais anuais da Society for Human Ecology e a atrair, para seus eventos e publicações, nomes como Ávila-Pires, Geraldo Marques e Iva Pires, da Universidade Nova de Lisboa, cujas colaborações têm estimulado enormemente o nosso engajamento na sua divulgação no Brasil (Bomfim, 2021: 83).

Desde as últimas décadas, a Ecologia Humana no território brasileiro acolhe teóricos das mais distintas áreas do conhecimento, que, apesar das eventuais divergências teóricas e metodológicas, mostram-se unidos em favor da diversidade humana e de um meio ambiente equilibrado para todos os seres e elementos da biosfera.

Definições clássicas da Ecologia Humana na tradição norte-americana

Decorridos mais de 130 anos após a formulação do conceito de “Ecologia Humana”, muitas controvérsias ainda giram em torno desse corpo de conhecimentos relativamente novo e colocado às margens desde os seus primórdios. Muitos debates visam discutir se a temática se trata de uma ciência ou de um paradigma; se deve ser concebida como uma disciplina independente ou acessória a outras ciências.

Nessa direção, buscou-se, nos próximos parágrafos, resgatar definições conceituais clássicas/norte-americanas da Ecologia Humana, no intuito de rever os primórdios de sua evolução epistêmica. Primeiramente, apresenta-se a proposição de Ellen Swallow Richards, mãe do referido conceito, segundo a qual, na introdução ao seu livro *Sanitation in Daily Life*, publicado em 1907:

A Ecologia Humana é o estudo dos ambientes dos seres humanos e os efeitos que produzem na vida dos homens. As características do meio ambiente são

por um lado naturais, tais como clima, e por outro, artificiais, aquelas que são produzidas pela atividade humana, tais como barulho, sede, vapores venenosos, ar poluído, água suja e alimentos contaminados (Richards, 1907, tradução nossa).

A partir da última citação, nota-se que a autora demonstrava significativo interesse em incluir, na visão de mundo científica, a compreensão dos seres humanos como parte indivisível da dinâmica ecossistêmica do meio ambiente. Separava as características ambientais em dois grupos: naturais e artificiais. Os ambientes naturais seriam aqueles caracterizados por elementos intrínsecos ao local, como o clima e a vegetação, enquanto os ambientes artificiais seriam aqueles produzidos pela ação humana (ruídos, poeira, poluição da água etc.).

De acordo com Medeiros (2021: 98), os cientistas da época, massivamente homens, consideravam a ecologia restritamente voltada à compreensão dos “organismos não-humanos, ambientados em ecossistemas que ainda não apresentavam interferência humana. Ellen, por sua vez, buscou entender qual a relação do ser humano com o ambiente em sua forma completa”. Atualmente, pode-se afirmar que a inclusão dos *Homo sapiens* à rede de relações estabelecidas no meio ambiente é o ponto-chave da Ecologia Humana, conexão que foi considerada forçada e até mesmo inconcebível para os estudiosos da época. Nesse sentido, a conceituação “estabelecida por Ellen é apresentada e debatida, destacando seu relevante papel como a primeira disciplina a relacionar o homem e o meio ambiente” (Medeiros, 2120: 14). Essa audaciosa interlocução entre humanos e ecossistema, feita por uma mulher em uma época dominada por homens, provavelmente justifica o considerável atraso do reconhecimento desse campo de estudo como ciência.

Em sequência, Park (1936: 1) definiu Ecologia Humana como “uma tentativa de aplicar às inter-relações de seres humanos um tipo de análise previamente aplicada às inter-relações de plantas e animais”. Para ele, essa nova ciência tem por função descrever as constelações típicas entre pessoas e instituições, especialmente as relações de competição — que operam naturalmente nas comunidades humanas —, no intuito de promover e restaurar o equilíbrio coletivo. Desse modo, afirma que:

A Ecologia Humana, na medida em que se refere a uma ordem social baseada na competição e não no consenso, é idêntica, pelo menos em princípio, à ecologia das plantas e dos animais. Os problemas com os quais a ecologia das plantas e dos animais tradicionalmente se ocupam são fundamentalmente problemas populacionais. A sociedade, como os ecologistas

a conceberam, é uma população estabelecida e limitada ao seu habitat. Os laços que unem suas unidades individuais são os de uma economia livre e natural, baseada em uma divisão natural do trabalho. Essa sociedade é organizada territorialmente e os laços que a mantêm unidos são físicos e vitais, em vez de habituais e morais (Park, 1936: 15, tradução nossa).

É relevante destacar que Park escreveu individualmente apenas um artigo sobre Ecologia Humana, publicado em 1936. Além desse texto, é possível encontrar, em parceria com Watson Burgess, na obra *Introdução à Ciência da Sociologia*, publicada em 1921, a ocorrência da expressão “Ecologia Humana” duas vezes ao longo de 606 páginas, excluindo sua menção em títulos, subtítulos e sumário (Bomfim, 2021).

Nesse percurso histórico de construção conceitual, McKenzie (1970a) refere-se à Ecologia Humana como o “estudo das relações espaciais e temporais de seres humanos, como estas são influenciadas pelas forças seletivas, distribuidoras e acomodativas do meio” (McKenzie, 1970a: 96). Por conseguinte, essa área de pesquisa estaria fundamentalmente interessada nos efeitos ambientais e temporais produzidos sobre o comportamento humano. Segundo ele:

As relações espaciais e de subsistência em que as criaturas se acham inter-relacionadas, estão constantemente em processo de mudança, como resultado da atuação de um complexo de forças ambientais e culturais. A tarefa do ecólogo humano é a de estudar esses processos de mudança, a fim de descobrir os princípios de sua operação e a natureza das forças que os produzem (McKenzie, 1970b: 38).

Outro ponto significativo de nota em relação às contribuições de McKenzie (1968) refere-se à sua concepção de Ecologia Humana enquanto extensão da ecologia animal, ressaltando que o *Homo sapiens* encontra-se vitalmente vinculado com os demais organismos, plantas e animais de seu entorno. Tal concepção liga a espécie humana aos outros reinos da natureza, fato que, para ele, exige uma relação vital de cooperatividade mútua.

Em certo sentido, a Ecologia Humana pode logicamente ser considerada como abrangida pelo escopo da ecologia animal, uma vez que o *Homo sapiens* é um membro do reino animal e tem ligações vitais com os organismos, plantas e animais inferiores (McKenzie, 1968: 102).

Embora os estudos de McKenzie (1968) ainda apresentem um olhar antropocêntrico ao se referir às demais espécies como inferiores à humana — como

se pudesse definir uma escala de importância na vida terrestre —, suas concepções caminham em direção a uma visão de inseparabilidade da humanidade com o meio natural e, consequentemente, introduzem, assim como Ellen Swallow Richards, noções de interdependência e integração entre as diferentes formas de vida ao arcabouço conceitual da Ecologia Humana.

Dando continuidade ao percurso iniciado pelos autores clássicos que protagonizaram os primórdios da Ecologia Humana, destacam-se as contribuições de Pierson (1970), segundo o qual essa perspectiva devia ser concebida como um campo das ciências sociais, relativamente novo e, portanto, em processo de desenvolvimento. De acordo com ele, a Ecologia Humana:

[...] estuda as relações que existem, não diretamente entre o meio físico e o homem, seja a influência deste sobre aquele, ou daquele sobre este, e sim as relações entre os próprios homens, na medida em que estas relações são por sua vez influenciadas pelo habitat [...]. Assim, a Ecologia Humana estuda o processo de competição e as relações dele provenientes, relações de homem para homem, de grupo humano para grupo humano e de instituição para instituição, como estas se revelam por índices físicos, principalmente os de espaço (Pierson, 1970: 12-13).

Conforme exposto na passagem mencionada, Pierson (1970), diferentemente dos teóricos contemporâneos, não considerava a interface entre o ser humano e o meio ambiente em seus estudos. Sua concepção é predominantemente centrada na ecologia das relações humanas (relações intraespecíficas ou interpessoais). Não se deve discordar completamente dessa perspectiva; no entanto, ela deve ser considerada incompleta, isto é, unidimensionalizada pela visão antropocêntrica, à medida que segregava a relação humana de sua interdependência com o meio ambiente e com as demais espécies (relações interespecíficas).

Park, Burgess, McKenzie e Pierson entendiam que o objeto de estudo da Ecologia Humana era a competição natural no interior das comunidades. Entretanto, essa proposição, em muitos pontos, é considerada determinista e reducionista em relação à complexidade humana. Pois não só de competição uma sociedade é marcada. Aliás, entende-se que competição e cooperação podem ser motivadas ou não pelo processo de socialização. Em diversas situações, tal como se identifica entre as sociedades tradicionais, as relações são frequentemente caracterizadas pela cooperação coletiva, ao contrário das sociedades majoritariamente capitalistas, onde a competição mútua torna-se uma necessidade adaptativa.

Definições contemporâneas da Ecologia Humana no contexto brasileiro

É importante esclarecer que a produção acadêmica da Ecologia Humana brasileira mantém pouca relação com aquela iniciada por Park, da Escola de Chicago. Essa produção também se distingue da continuidade atribuída ao seu aluno e colaborador Donald Pierson, que teve a maior parte de sua carreira e pesquisa acadêmica realizada no território brasileiro, sobretudo nos estados da Bahia e São Paulo.

No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, a Ecologia Humana, após três décadas de apagamento, ressurgiu em direção à construção de sua própria identidade. Em seu processo de ressurgência, vem se expandindo pelo território brasileiro, ganhando outras definições e agregando novos conceitos. Em conformidade com Marques (2021), entende-se que:

A Ecologia Humana saiu da fase crisálida da era Park. Estamos, agora, na responsabilidade de fazer voar as borboletas do humanismo sistêmico, complexo, integral. Não mais moderna, cartesiana, newtoniana, materialista e disciplinar. A Ecologia Humana deve ser uma ciência sistêmica, complexa, integral, sobre o fenômeno humano nas existências, incluindo, nessa forma de habitar a vida, o finito mundo atômico e o infinito mundo cósmico (Marques, 2021: 23).

O primeiro autor que inaugurou esse novo tempo da Ecologia Humana no Brasil foi Fernando Dias de Ávila Pires, que publicou em 1983 a obra *Princípios da Ecologia Humana* e desenvolveu pesquisas sobre Ecologia Médica e Ecologia Sanitária. Suas investigações foram especialmente voltadas para os contextos de saúde pública em ambientes urbanos e rurais brasileiros, com foco nas inter-relações entre condições socioeconômicas, acesso a saneamento básico, vulnerabilidade ambiental e padrões de adoecimento em populações humanas. Para ele, “a Ecologia Humana constitui a base da sociologia, e à sociologia médica cabe investigar as influências do comportamento social sobre as enfermidades” (Ávila-Pires, 1983: 74).

A partir de uma perspectiva marxista, Lima (1984) sustenta que o entendimento da existência humana exige considerá-la em sua totalidade dialética, incluindo as inter-relações entre as esferas objetivas e subjetivas do ser, históricas e materiais. A partir desse princípio, a autora entende que a Ecologia Humana corresponde ao estudo biológico, político, social, econômico e cultural da indissociável relação entre humanos e natureza. Segundo ela:

Qualquer estudo que objetive esclarecer a relação homem-ambiente, necessariamente, terá que abordar o duplo aspecto do homem: de um lado, aquele ser que no complexo ecológico faz parte da biosfera, desempenhando um papel da teia alimentar, e, de outro lado, aquele ser que no complexo social é capaz de transformar a natureza produzindo a evolução social. Donde se conclui que essa análise envolve aspectos biológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais que, a partir de um processo de interseção, constituem o objeto de estudo da Ecologia Humana. Trata-se, portanto, de uma abordagem global que só é viável num contexto biosocial concreto, dadas as implicações de interdependência entre esses fatores (Lima, 1984: 24).

As contribuições de Lima (1984) destacam a necessidade de considerar a complexidade humana em seus múltiplos campos de pertença, afastando-se de qualquer tendência dicotômica e reducionista. Destarte, considerava inviável e até mesmo impossível o estudo da Ecologia Humana a partir de uma disciplina isolada, exigindo, para tanto, um olhar integrativo de suas diferentes dimensões. Segundo a autora, o ecólogo humano:

[...] defronta-se com uma problemática complexa, ao ser forçado pela natureza de seus estudos ao conceber o homem como um animal ligado, por um lado, à teia da vida em condições idênticas aos demais seres vivos, e, por outro, ao sistema social como autor e ator. Idealizada nesses termos, a Ecologia Humana, além de utilizar os princípios da ecologia geral, necessita ampliar seu quadro teórico para dimensionar a ênfase holística implícita em toda sua ideia (Lima, 1984: 20).

Observa-se, pela última citação, que a autora introduziu nos estudos da Ecologia Humana no Brasil a necessidade de uma perspectiva integrativa das múltiplas dimensões que envolvem a esfera humana e suas inter-relações com o meio ambiente. Explicita com clareza que tais dimensões devem ser tratadas de maneira holística, ou seja, não de forma cartesiana ou fragmentada, mas de modo global e conjuntivo.

Machado (1984), contemporâneo de Lima (1984), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, à contramão da maioria dos estudiosos da Ecologia Humana, entende que essa não deve ser vista como uma ciência, tampouco como uma profissão, mas sim como um nível superior de pensamento que se utiliza de metodologia sistêmica. De modo geral, pode-se interpretar que o autor a considera um paradigma. Em seus escritos, a define “como o estudo interdisciplinar das interações entre o homem e o meio ambiente, realizado sob

inspiração sistêmica e com objetivos prospectivos” Machado (1984: 33). Conserva o entendimento de que esse paradigma pode ser um “estudo realizável por qualquer disciplina com interação de disciplinas adjacentes”.

Nota-se que o autor enuncia a Ecologia Humana como um campo de estudo a-disciplinar, um novo nível de pensamento acessível a todas as disciplinas. Além disso, ressalta que esse paradigma sistêmico oferece, em certa medida, a liberdade do pesquisador utilizar o método mais adequado para cada situação de estudo, sem se prender a métodos apriorísticos.

Assim como Lima (1984), Machado (1984) reforça em seus estudos o caráter de indissociabilidade e globalidade da relação humana com o meio ambiente. Para o pesquisador, “no campo da Ecologia Humana, uma ideia de sistema é simplesmente essencial”, sendo impossível concebê-la sem se ter em mente essa qualidade; dessa forma, a Ecologia Humana não apresenta compatibilidade com uma abordagem cartesiana, “pois o cartesianismo funda-se sobre uma compreensão causal-linear da realidade” Machado (1984: 38). Essa premissa, portanto, impactaria o estudo de qualquer fenômeno da vida (Bomfim, 2021: 223).

Begossi (1993), embora não entre na discussão que busca definir se a Ecologia Humana é uma ciência ou um paradigma, esclarece que ela apresenta especificidades que a diferem qualitativamente da ecologia geral, tornando-a uma visão única. De acordo com a autora:

Apesar da Ecologia Humana se basear em conceitos oriundos da ecologia, ou seja, de uma das sub-áreas da biologia, a Ecologia Humana não é necessariamente vista como uma das ramificações da ecologia. Para muitos, estudar a relação do homem com o ambiente inclui tantos outros fatores (como econômicos, sociais e psicológicos) que a Ecologia Humana transcende a ecologia. Para outros, a Ecologia Humana tem objetivos e metodologias mais específicos e que incluem entender o comportamento humano sob variáveis ambientais (Begossi, 1993: 122).

Sob a perspectiva dessa pesquisadora, a Ecologia Humana abrange complexidades que transcendem as dimensões tradicionais da ecologia e os pesquisadores apresentam diferentes interesses e enfoques — muitas vezes, até conflitantes — sobre a relação humana com o meio ambiente. Em razão disso, considera que nenhum enfoque é absoluto; cada qual revela, a partir de sua perspectiva, uma faceta do complexo humano-natureza (Begossi, 1993).

Em sequência, com base nas ideias de Alvim (2012: 15), a Ecologia Humana pode ser compreendida como “uma ciência que estuda as relações humanas,

individuais e coletivas com seu entorno, tornando-se um grande instrumento de reflexão e mudança de paradigma em prol da vida”. Enquanto para Marques (2014), a perspectiva da Ecologia Humana converge múltiplos saberes científicos e não científicos (incluindo os saberes tradicionais) acerca da relação humana com a natureza.

Por sua vez, Pires (2011: 3), — que embora não seja brasileira, mas esteve envolvida com a fundação do PPGEcoH/UNEB — define Ecologia Humana como “uma ciência social pluridisciplinar para a abordagem privilegiada das múltiplas dependências entre os sistemas sociais e naturais, enfatizando os aspectos culturais e tecnológicos de uma gestão dos impactos ambientais suscitados pela civilização humana”.

De outro modo, Neto (2018: 5) argumenta que a “Ecologia Humana mostra-se como uma propriedade emergente resultante dos processos interativos dos distintos campos do saber na busca incansável para lançar luz sobre os fenômenos intrínsecos e extrínsecos ao humano e suas reverberações no planeta”.

A última definição tem especial relevância neste estudo, uma vez que enfatiza a possibilidade de refletir dentro do campo de estudos da Ecologia Humana os fenômenos intrínsecos humanos, ou seja, aqueles que se referem aos aspectos psíquicos e da corporeidade dos indivíduos. Encontra-se neste nível as contribuições da ecopsicologia, ecologia da mente, ecologia do corpo e eco-espiritualidade, que possibilitam a compreensão dos processos subjetivos e autocológicos.

Por conseguinte, Marques (2014: 97) define a Ecologia Humana como uma ciência que busca compreender a “natureza da humanidade numa perspectiva sistêmica e complexa, para além das fronteiras das disciplinas, e que não reduz o pensamento sobre a relação entre as pessoas e os ecossistemas a uma visão ingênuo sobre as múltiplas dimensões da realidade humana”. Para ele, o ponto de vista tradicional de ecologia centra-se tanto nos aspectos físicos e bioquímicos da ecologia da fauna e da flora que deixa de fora a espécie humana enquanto grupo-chave para a compreensão da dinâmica ecossistêmica.

Em outra linha de análise, Duarte (2024), em sua tese, descreve a Ecologia Humana a partir de uma perspectiva quadridimensional. Para o autor, o corpo de conhecimento da Ecologia Humana pode ser esteticamente definido e organizado em quatro dimensões complexas e multidimensionais, sendo elas a Dimensão Corporal (que demarca as relações humanas intrapessoais); a Dimensão Social (que se refere às relações humanas interpessoais); a Dimensão Socioambiental (que descreve as relações humanas com o meio ambiente e os demais organismos); e a Dimensão Ecoespiritual (que ressalta as relações

subjetivas, emocionais e, sobretudo, espirituais da espécie humana com o meio ambiente, com os diferentes entes vivos e com o próprio universo).

Segundo essa perspectiva, as dimensões mencionadas ainda podem ser organizadas em duas modalidades interacionais distintas: as Relações Humanas Intraespecíficas (que se restringem às relações humanas dentro da própria espécie, abrangendo as Dimensões Corporais e Sociais) e as Relações Humanas Interespecíficas (que delineiam as relações humanas com o meio ambiente e as demais formas de vida, englobando as Dimensões Socioambientais e Ecoespirituais). Com base nessa organização estética e epistemológica, o autor enfatiza que as múltiplas dimensões da Ecologia Humana são interdependentes e não podem ser genuinamente compreendidas de maneira isolada ou fragmentada de sua totalidade fenomenológica.

Na mesma direção, Bomfim (2021: 32), considerando as raízes históricas da Ecologia Humana, a comprehende como um subparadigma da teoria da complexidade. Todavia, afirma que esse campo de estudo não está adstrito aos “limites de uma dada ciência, visto que ela é metadisciplinar e demanda uma discussão dos diversos tipos de metadisciplinaridades — multi, pluri, inter e transdisciplinaridade”, incluindo sua condição a-disciplinar. Segundo esse autor, para a “maioria dos teóricos brasileiros, a Ecologia Humana, além de ser uma ciência, é também um paradigma, ou seja, uma referência, uma perspectiva para outras ciências”.

Mediante as diversas definições de Ecologia Humana, iniciadas em Park até os autores contemporâneos brasileiros, entende-se que sua multiplicidade conceitual não se refere exatamente a uma dificuldade de definição de seu objeto de estudo, mas de sua complexidade e plasticidade disciplinar. Aliás, defende-se que a Ecologia Humana conserva em sua essência a potência de junção das disciplinas fragmentadas pelo modelo cartesiano e newtoniano.

Considerações Finais

Dentro dos limites desta produção acadêmica, buscou-se rever o percurso histórico e epistemológico da Ecologia Humana, fundada por Ellen Swallow Richards (1907), e seus desdobramentos até a Escola de Chicago, com especial ênfase ao contexto temporal que interliga essa nova ciência/paradigma ao cenário brasileiro desde os primórdios de seu desenvolvimento conceitual.

Assim como se demonstrou, essa complexa abordagem (teórica e metodológica) encontra-se em vias de consolidação enquanto ciência e vem cada vez mais ocupando os espaços acadêmicos do Brasil e do mundo. Muitos estudos ainda buscam definir se essa área se refere a uma nova ciência ou se, de fato,

pode ser definida como paradigma. Esse impasse, ainda não resolvido, evidencia como a Ecologia Humana encontra-se em processo de construção de suas bases epistemológicas.

No Brasil, a Ecologia Humana se diferencia qualitativamente da perspectiva que se originou na Escola de Chicago, inclusive superando muitos de seus equívocos e determinismos iniciais. Os ecólogos humanos brasileiros têm, sobretudo, a partir de 1983 e especialmente após o ano de 2010 — ano de fundação de seu primeiro Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana — contribuído com a promoção dessa nova ciência/paradigma e construindo ao mesmo tempo uma identidade própria nesse campo do conhecimento.

Esses pesquisadores mostram significativa preocupação com os aspectos que envolvem a complexidade humana, a diversidade social, a pluralidade religiosa, as relações de sexo, gênero e sexualidade, as relações humanas mediadas pelas tecnologias, os saberes tradicionais, as dimensões psicológicas e espirituais que interligam a espécie humana à terra e ao cosmos, e como não poderia ser diferente, preocupam-se com os impactos das ações antrópicas sobre o meio ambiente e a relação humana com as diferentes entidades vivas.

Em razão disso, considera-se a Ecologia Humana uma perspectiva epistemológica adequada à realidade atual, uma vez que sua complexidade pode contribuir com o enfrentamento de problemas socioambientais, transformando a realidade objetiva e subjetiva das sociedades humanas. Ela traz consigo uma ótica ampliada do fenômeno relacional humano e pode ser de grande utilidade para a compreensão de como a espécie *Homo sapiens* se relaciona socialmente (Dimensão Social); como a sociedade interage com o meio ambiente e os demais seres componentes (Dimensão Socioambiental); como os indivíduos relacionam-se intrinsecamente com a natureza em suas dimensões espirituais e subjetivas (Dimensão Ecoespiritual); e, por fim, como a unidade humana relaciona-se consigo mesma, em suas estruturas intrapessoais e autoecológicas (Dimensão Corporal).

Especialmente nos espaços educativos, acredita-se que a Ecologia Humana tem o potencial de contribuir com uma abordagem mais ampliada e complexa de educação ambiental/ecológica, podendo promover, entre os estudantes, uma visão que de fato os conscientize de sua integração com toda a biosfera. Ao entender melhor a natureza, espera-se que os indivíduos desenvolvam uma maior compreensão sobre si mesmos, enquanto unidades microecológicas, assim como membros da espécie humana, que, por sua vez, é indivisível do meio ambiente e de outras formas de vida.

Em virtude do que foi exposto, a Ecologia Humana, enquanto ciência/paradigma, emerge como uma via de sensibilização dos indivíduos sobre seu lugar no meio ambiente e parentesco com toda a biosfera, utilizando para tanto a promoção de uma cosmovisão holística, integrativa, sistêmica, complexa e multidimensional da realidade.

Referências

- ALVIM, Ronaldo Gomes. *Ecologia Humana: Da Visão Acadêmica aos Temas Atuais*. Maceió: EDUFAL, 2012.
- ATHENS, Lonnie. Mead and Park: A “Socio-Biographical” account of their becoming pragmatists, but developing opposing interactional viewpoints. *Journal of Classical Sociology*, [S. l.], v. 16, n. 1, 2016, pp. 102-123.
- ÁVILA-PIRES, Fernando. *Princípios de Ecologia Humana*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.
- BECKER, Howard. A escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1996, pp. 177-188.
- BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciencia*, [S. l.], v. 18, n. 1, 1993, pp. 121-132.
- BOFF, Leonardo. Ética da vida: A nova centralidade. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. *História e epistemologia da Ecologia Humana*. Salvador, Mente Aberta, 2021.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- DUARTE, Alisson José Oliveira. Perspectiva Quadridimensional da Ecologia Humana: uma análise epistemológica da produção acadêmica do PPGEcoH/UNEB. *Revista Ecologias Humanas*, Salvador, v. 10, n. 11, 2024, pp. 82-106.
- DYBALL, Robert; CARLSSON, Liesel. Ellen Swallow Richards: Mother of Human Ecology?. *Human Ecology Review*, [S. l.], v. 23, n. 2, 2017, pp.17-28.
- EUFRÁSIO, Mário Antônio. A formação da Escola Sociológica de Chicago. *Plural*, São Paulo, v. 2. n. 1, 1995, pp. 37-60.
- GUIMARÃES, Rafael Estevão Marão. A Escola de Chicago e a Sociologia no Brasil: A passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.
- LIMA, Maria José de Araújo. *Ecologia Humana: realidade e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MACHADO, Paulo de Almeida. *Coleção temas básicos de Ecologia Humana*. São Paulo: Cortez, 1984.

- MARQUES, Juracy. Ecologia Humana: Reflexões sobre a natureza da humanidade. *In: ALVIM, Ronaldo Gomes; BADIRU, Ajibola Isau; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecologia humana: uma visão global.* Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual Feira de Santana, 2014, pp. 79-98.
- MARQUES, Juracy. Prefácio: A nova Ecologia Humana. *In: BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. História e Epistemologia da Ecologia Humana.* Salvador, BA: Editora Mente Aberta, 2021.
- MCKENZIE, Roderick Duncan. A comunidade humana abordada ecologicamente. *In: PIERSON, Donald. Estudos de Ecologia Humana.* São Paulo: Martins Editora, 1970a.
- MCKENZIE, Roderick Duncan. Matéria-Objeto da Ecologia Humana. *In: PIERSON, Donald. Estudos de Ecologia Humana.* São Paulo: Martins, 1970b.
- MCKENZIE, Roderick Duncan. *On Human Ecology.* Chicago/London: The University of Chicago Press, 1968.
- MEDEIROS, Giovana Mendonça. Ellen Swallow Richards: a primeira mulher a ingressar no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.
- MEDEIROS, Giovana e FREITAS-REIS, Ivoni. Ellen Swallow Richards: uma pioneira na ciência e na educação. *História da Ciência e Ensino*, São Paulo, v. 27, n. esp., 2023, pp. 249-265.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo.* Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NETO, Ernani Machado de Freitas Lins. Editorial. *Revista Ecologias Humanas*, Paulo Afonso: BA, v. 4, n. 4, jul. 2018, pp. 5-6.
- PARK, Robert Ezra. Human Ecology. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 42, n. 1, jul. 1936, pp. 1-15.
- PIERSON, Donald. Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências. *In: CORRÊA, Mariza. História da Antropologia no Brasil (1930-1960).* São Paulo: Edições Vértice, 1987.
- PIERSON, Donald. *Estudos de Ecologia Humana.* São Paulo: Martins, 1970.
- PIRES, Iva Miranda. Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. Lisboa: APENAS, 2011.
- RIBEIRO, Job Antonio Garcia. Ecologia, Educação Ambiental, Ambiente e Meio Ambiente: modelos conceituais e representações mentais. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciência) – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.
- RICHARDS, Ellen Swallow. *Sanitation in daily life.* Boston, MA: Whitcomb & Barrows, 1907.

- RICKLEFS, Robert Eric. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- SILVA, Isabela Oliveira Pereira. De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das ciências sociais (1930-1950). 2012. 237 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, Noêmia Féliz. A contribuição e o pioneirismo de Robert E. Park nos estudos de Jornalismo e da Comunicação. *Estudos*, Goiânia, v. 38, n. 4, out./dez. 2011, pp. 679-692.
- SIMÕES, Paula Guimarães. Algumas contribuições de Robert E. Park para o campo da comunicação. In: MARTINHO, Luís Mauro Sá e MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). *Teorias da comunicação: processos, desafios e limites*. São Paulo: Plêiade, 2015, pp. 47-62.
- ROSSITER, Margaret Walton. The Matilda Effect in Science. *Social Studies of Science*, [S. l.], v. 23, n. 2, 1993, pp. 325-341.
- VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, jan./abr. 2010, pp. 35-49.

Data de recebimento: 10 de julho de 2024

Data de aceite: 20 de maio de 2025

Como citar este artigo:

- DUARTE, Alisson José Oliveira. Percurso histórico e epistemológico da Ecologia Humana: entre o legado conceitual feminino à sua consolidação no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-24, e151338, 2025, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1338>